UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

COORDENADORIA DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2015

Sumário

Introdução 1
Atividades Desenvolvidas 1
1. Estruturação da COPE e CPPE 1
2. Participação na Comissão Permanente de Permanência Estudantil – CPPE 2
3. Estudos para elaboração de previsões orçamentárias 2
4. Correção dos valores dos auxílios 3
5. Estudos para a atualização da cota fixa 4
6. Aprimoramento do processo de seleção de estudantes para receberem auxílios de permanência estudantil 5
7. Análise dos dados do processo seletivo de 2015 5
8. Impacto e atendimento das demandas dos novos cursos 8
9. Realização de estudos sobre o Perfil Socioeconômico e Desempenho Acadêmico dos Estudantes Ingressantes pelo Programa de Inclusão Social da UNESP 8
10. Concessão de Subsídio alimentação para o Edital PIBIc/Ações Afirmativas 9
11. Realização de estudos sobre a infraestrutura relacionada à Permanência Estudantil. 10
12. Elaboração de estudo analítico sobre os Restaurantes Universitários 11
13. Elaboração do documento sobre o impacto financeiro do programa de inclusão e de permanência estudantil na UNESP 15
Agenda preliminar para 2016 17
Anexo I (item 7) 18
Anexo II (item 9) 19
Referências 36

Introdução

A Coordenadoria de Permanência Estudantil (COPE) foi criada, por deliberação do Conselho Universitário, em sessão de 15 de agosto de 2013 (Despacho nº 204/13). Com o propósito de consolidar uma política de direitos, tendo por função elaborar, planejar, acompanhar e avaliar, em conjunto com a Comissão Permanente de Permanência Estudantil (CPPE), programas, metas e ações que tenham como principal objetivo promover a igualdade de oportunidades aos estudantes que estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica, contribuindo para a redução de índices de retenção e evasão na UNESP. Com o propósito de atingir seus objetivos, as principais ações da COPE, em 2015, visaram principalmente:

a) Consolidar a estrutura da COPE e CPPE;

b) Dar continuidade à implantação na UNESP das diretrizes do Plano Nacional de Assistência Estudantil - PNAES (Decreto 7.234/julho 2010). Dentre suas diretrizes, o PNAES busca atender estudantes oriundos da rede pública de educação básica com renda *per capita* de até 1,5 salários mínimos;

c) Planejar ações para receber os alunos que ingressam na UNESP pelo Programa de Inclusão denominado Sistema de Reserva de Vagas do Ensino Básico Público (SRVEBP);

d) Atender as demandas de permanência estudantil relacionadas à implantação dos novos cursos;

e) Atuar na concessão de auxílios de permanência estudantil, com a atribuição de pelo menos uma modalidade de auxílio para todos os estudantes que foram selecionados;

f) Analisar o funcionamento dos restaurantes universitários com o objetivo de apresentar aos Órgãos Colegiados propostas para uma política da UNESP para os RUs;

g) Consolidar, cada vez mais, a política de Permanência Estudantil na UNESP.

Atividades Desenvolvidas

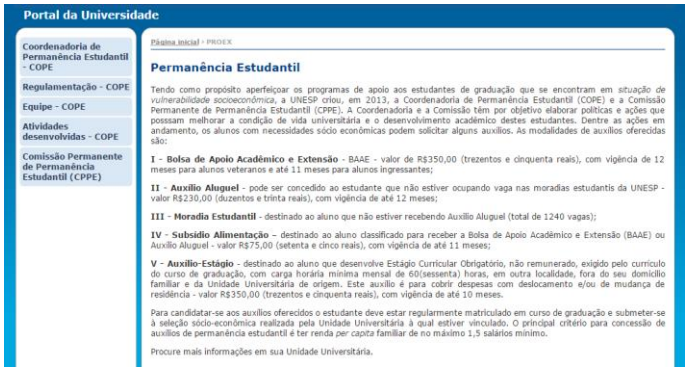
1. Estruturação da COPE e CPPE

Em 2015, após a organização funcional da COPE e da CPPE, estruturamos a base regulamentar estabelecendo as funções tanto da Coordenadoria de Permanência Estudantil (COPE) quanto da Comissão Permanente de Permanência Estudantil (CPPE). Tais regulamentações foram feitas por meio da publicação da Resolução UNESP/10 (de 09 de fevereiro de 2015) que dispõe sobre a criação e as atribuições da Comissão Permanente de Permanência Estudantil – CPPE e a Resolução UNESP/45 (de 16 de

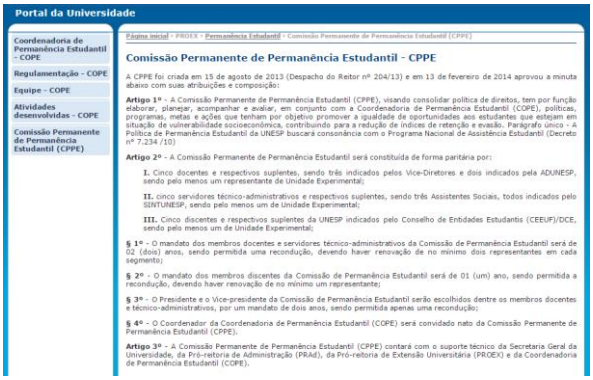
agosto de 2015) que dispõe sobre a criação e as atribuições da Coordenadoria de Permanência Estudantil – COPE.

Para total transparência das ações desenvolvidas pela COPE e CPPE e para divulgar as atividades realizadas, foram criadas, e atualizadas periodicamente, páginas no portal da UNESP. Estas informações podem ser acessadas por meio do link "Permanência Estudantil" presente em todas as páginas das Unidades Universitárias.

Página da COPE



Página da CPPE



2. Participação na Comissão Permanente de Permanência Estudantil – CPPE

A COPE participou de todas as reuniões da CPPE (criada de 15 de agosto de 2013 - Despacho nº 204/13). Os debates realizados e o trabalho conjunto com a CPPE têm sido fundamental para a definição das prioridades de ações visando à consolidação da política de permanência estudantil na UNESP. Todas as reuniões e respectivas atas estão disponibilizadas no endereço http://www.unesp.br/portal#!/proex/permanencia-estudantil/comissao-permanente-de-permanencia-estudantil-cppe/atas-das-reunioes/

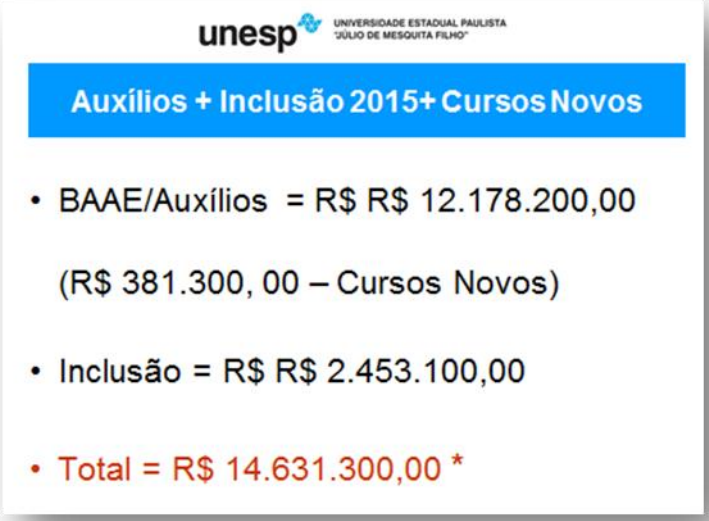
Dentre as ações realizadas em conjunto com a CPPE, destacamos, em 2015, a finalização da minuta de resolução que altera as normas e as modalidades de auxílios de permanência estudantil a serem concedidos aos estudantes da UNESP. Esta resolução foi debatida na CPPE, tramitou pela CCEU e foi aprovada pelo CEPE (em reunião de 17/11/2015). Em breve será publicada pela Secretaria Geral e, conforme decisão do próprio CEPE, deverá ser implantada gradativamente com suas disposições regulamentadas mediante Portarias do Reitor.

3. Estudos para elaboração de previsões orçamentárias

Inicialmente, em 2013, (ainda com a Permanência Estudantil sobre responsabilidade única da Proex) foram utilizados recursos da ordem de aproximadamente R$ 8.000.000,00 para atender às demandas da UNESP relacionadas à permanência estudantil. Após a criação da COPE, realizamos estudos sobre a quantidade e o valor das bolsas e os auxílios concedidos na época e, para 2014, fizemos uma previsão atualizada de recursos necessários para atender à demanda total da UNESP.

Nesse sentido, a Comissão de Orçamento da UNESP, o CADE e o Conselho Universitário aprovaram o montante de R$ 10.500.000,00 reais para atender às necessidades da permanência. Em 2014, todos os alunos da UNESP que atenderam aos critérios de seleção foram atendidos com, no mínimo, uma modalidade de auxílio.

Para elaboração da previsão orçamentária de 2015 foram utilizados os dados obtidos com a adoção de uma série de planilhas elaboradas pela COPE. Tais planilhas permitiram, pela primeira vez, quantificar, de fato, os auxílios destinados aos estudantes com carência socioeconômica. Com base nos estudos desenvolvidos em 2014 e a previsão de impacto relacionado ao Programa de Inclusão na UNESP (SRVEBP), bem como sobre a implementação de novas turmas dos novos cursos, foi aprovado na peça orçamentária de 2015 o montante de R$ 14.631.000,00 para atender a demanda para a concessão de auxílios de permanência estudantil. Também, em 2015, a COPE conseguiu contemplar todos os alunos que atenderam aos critérios de seleção com, no mínimo, uma modalidade de auxílio[1].



4. Correção dos valores dos auxílios

Após estudos detalhados sobre os valores dos auxílios concedidos pela UNESP, USP, Unicamp e outras 11 universidades brasileiras, bem como discussões com os vice-diretores, Assistentes Sociais e CPPE, a COPE chegou à conclusão de que os valores dos auxílios concedidos pela UNESP estavam defasados e inferiores ao de outras instituições. Desse modo, em 2014, os valores das Bolsas de Apoio Acadêmico e Extensão I (BAAE I) e Especial foram corrigidos para R$ 330,00; Auxílio Aluguel para R$ 200,00; Auxílio Estágio para R$ 330,00 e o Subsidio Alimentação para R$ 70,00. Dando andamento a esses estudos, em 2015 foi apresentado ao Reitor um estudo propondo a correção das Bolsas BAAE I e Bolsa Especial para R$ 350,00; Auxílio Aluguel para R$ 230,00; Auxílio Estágio R$ 350,00 e o Subsidio Alimentação para R$ 75,00. O aumento dos valores foi aprovado pelo Reitor e pelo Conselho Universitário.

De acordo com a legislação vigente (Instrução encaminhada por meio do Ofício Circular nº 20/2008-PROEX), o aluno que apresenta extrema vulnerabilidade socioeconômica, pode ser contemplado, ao mesmo tempo, com Bolsa BAAE I, Auxílio

[1] A quantidade de alunos atendidos em 2015 e as modalidades de auxílios atribuídos serão descritos mais adiante. Para 2016 a previsão da COPE é a de que, para atender todas as demandas da permanência estudantil, considerando os valores em vigor dos auxílios, a UNESP necessitaria investir R$ 18.086.820,00. Porém, devido à contenção de despesas, tendo em vista a situação econômica do país, do Estado e da universidade, o Conselho Universitário aprovou na peça orçamentária o montante R$ 14.631.000,00.

Aluguel e Subsídio Alimentação (valor R$ 600,00, em 2014, R$ 655,00, em 2015 e R$ 675,00 em 2016).

5. Estudos para a atualização da cota fixa

Desde 2008 a UNESP não atualizava sua cota fixa de bolsas e auxílios aluguel. A cota fixa é o número de bolsas e auxílios encaminhados para cada Unidade no início do ano (sem computar as bolsas e auxílios emergenciais). A cota de bolsa BAAE I era de 1.184 e de Auxílio Aluguel de 418. Para os estudantes veteranos a bolsa é de no máximo 12 meses e para os ingressantes, de no máximo 11 meses. As cotas fixas foram atualizadas para, em 2014, 1.445 (BAAE I) e 527 (Auxílio Aluguel). Os dois auxílios, sempre são acompanhados de subsídio alimentação. Estas decisões foram tomadas em conjunto com a Comissão Permanente de Permanência Estudantil (CPPE) e tiveram por finalidade diminuir o grande número de solicitação de bolsas emergenciais, permitindo assim um melhor planejamento na distribuição de bolsas e auxílios para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Em 2015, a COPE deu continuidade aos estudos para redimensionamento da cota fixa com a utilização de critérios visando à correção de distorções e estabelecimento de uma política que atenda as reais necessidades das Unidades Universitárias. Porém, em função de uma anunciada previsão de crise econômica, foram atualizadas as cotas fixas de apenas algumas Unidades que iniciaram cursos novos totalizando 1.493 (BAAE I) e 527 (Auxílio Aluguel), conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Cotas fixas dos auxílios de permanência estudantil destinadas às Unidades Universitárias em 2015

Cidade	Unidades	BAAE I	Auxílio Aluguel
Araçatuba	FMV	7	15
	FO	15	5
Araraquara	FCF	23	10
	FCL	116	36
	FO	11	10
	IQ	30	6
Assis	FCL	125	
Bauru	FAAC	65	35
	FC	49	35
	FE	20	20
Botucatu	FCA	24	
	FM	19	15
	FMVZ	21	
	IB	24	15
Dracena	FCAT	17	5
Franca	FCHS	125	29
Guaratinguetá	FE	55	2
Ilha Solteira	FE	73	
Itapeva	CE	13	10

Jaboticabal	FCAV	30	25
Marília	FFC	160	41
Ourinhos	CE	20	15
Presidente Prudente	FCT	127	90
Registro	CE	17	10
Rio Claro	IB	41	10
	IGCE	57	10
Rosana	CE	16	5
São João da Boa Vista	CE	10	3
São José do Rio Preto	IBILCE	96	32
São José dos Campos	ICT	22	6
São Paulo	IA	15	
São Vicente	IB	11	16
Sorocaba	ICT	19	4
Tupã	FCE	20	12
TOTAL		1493	527

6. Aprimoramento do processo de seleção de estudantes para receberem auxílios de permanência estudantil

Foi realizado, em 2015, o II Seminário de Assistentes Sociais, CPPE e COPE. O evento foi realizado na FCHS de Franca, nos dias 22 e 23 de setembro. Dentre os objetivos do seminário constou a avaliação e discussão do processo seletivo para a concessão de auxílios de permanência estudantil. Tal discussão resultou na revisão de procedimentos e documentos que foram enviados às Vice-diretorias de todas as Unidades para orientação do processo referente à análise socioeconômica para concessão dos auxílios de permanência estudantil para 2016. Tais documentos trazem como conteúdo o aprimoramento e a padronização dos formulários de inscrição e tabelas de pontuação que foram formulados em 2013 e 2014.

7. Análise dos dados do processo seletivo de 2015

A continuidade dos trabalhos criteriosos desenvolvidos desde 2014, em todas as Unidades da UNESP, por Vice-diretores, Comissões Locais de Seleção, Assistentes Sociais e demais pessoas diretamente envolvidas no processo de seleção de estudantes para a concessão de auxílios permanência, contribuiu para que a COPE construísse um banco de dados mais fidedigno com o propósito de atender as reais necessidades da UNESP relacionadas à Permanência Estudantil. Essa rigorosa atuação possibilitou, no ano de 2015, pela primeira vez, obter dados completos sobre os estudantes que solicitaram auxílios de permanência estudantil em toda a UNESP. Esses dados coletados foram muito importantes, pois contribuíram para a construção de estimativas do impacto da permanência na elaboração da previsão orçamentária, bem como para elaboração de documentos para solicitação de recursos junto ao Governo do Estado. A seguir, para efeito comparativo, e para que se tenha uma ideia da progressão das demandas da

permanência, apresentamos inicialmente o quadro completo com a distribuição dos auxílios concedidos em 2014 (Quadro 2) e, posteriormente, o quadro de 2015 (Quadro 3).

Quadro 2 – Distribuição dos auxílios concedidos em 2014 por forma de ingresso

2014 Alunos	Contemplados BAAE I	Contemplados Auxílio aluguel	Contemplados BAAE I e auxílio aluguel	Contemplados moradia estudantil	Contemplados BAAE I e moradia estudantil	Migraram ou não foram contemplados devido aos critérios	Inscritos 2014
Veteranos	640	320	111	369	289	178	1907
Ingressantes SRVEBP	272	76	55	58	146	28	635
Ingressantes SU	153	47	24	40	59	12	335
Total 2014	1065	443	190	467	494	218	2877

Em 2014 os dados foram apresentados ao Fórum de Diretores, aos Vice-Diretores e à CCEU por videoconferência. Os trabalhos conjuntos realizados entre COPE e CPPE, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), possibilitaram subsidiar as discussões e, como afirmamos, viabilizar o atendimento da demanda de todos os alunos que se inscrevem no processo eletivo de 2014 e que atenderam aos critérios socioeconômicos e de concessão de auxílios em vigência na UNESP. Com a atualização dos dados relacionados à migração e desistências, naquele ano, **2.877** estudantes solicitaram auxílio e **2.659** foram contemplados com auxílios permanência. Inclusive, entre os alunos que ingressaram pelo SRVEBP, 635 solicitaram auxílios de permanência estudantil 607 foram contemplados.

Em 2015 (como pode ser observado a seguir no Quadro 3), **4.032** estudantes solicitaram auxílio e **2.980** foram contemplado. 958 estudantes não foram contemplados pelos seguintes motivos: desistirem do processo; não apresentarem documentos comprobatórios; não comparecerem às entrevistas com a Assistente Social; ultrapassarem o limite de renda ou não atenderem outras normas estabelecidas pela UNESP. Deste total, somente 93 alunos não atenderem aos critérios de desempenho acadêmico estabelecidos pela UNESP. 94 alunos migraram para outras modalidades de bolsas.

Quadro 3 – Distribuição dos auxílios concedidos em 2015 por forma de ingresso e com as razões para a não concessão de auxílios[2]

Estudantes	Contemplados BAAE	Contemplados Auxílio Aluguel	Contemplados BAAE e Auxílio Aluguel	Contemplados Moradia Estudantil	Contemplados BAAE e Moradia Estudantil	Total de Contemplados	Inicialmente contemplados e que migraram para outras Bolsas (PIBID, PIBIC, Fapesp, NE, outras)	Não contemplados*				Inscritos
								Renda	Acad	Outras	Total	
Veteranos ≤ 2013	429	213	100	268	238	1248	54	132	44	228	404	1706
SU 2014-2015	288	77	81	58	102	606	16	120	14	131	265	887
SRVEBP 2014-2015	320	76	91	57	146	690	16	69	20	101	190	896
PPI 2014-2015	194	48	57	27	110	436	8	40	15	44	99	543
SRVEBP + PPI 2014-2015	514	124	148	84	256	1126	24	109	35	145	289	1439
Total	1231	414	329	410	596	2980	94	361	93	504	958	4032

* Entre os não contemplados atribuímos a denominação "Outras" para os Estudantes que: desistiram; não apresentaram documentos comprobatórios; não compareceram a entrevista ou, por outras razões, não participaram do processo seletivo.

[2] O quadro contendo a distribuição dos auxílios de permanência estudantil em 2015 por Unidades está disponibilizado no Anexo I.

O Quadro 2 e o Quadro 3 indicam que houve um impacto crescente na demanda de auxílios relacionados à permanência estudantil depois da implantação do programa de inclusão na UNESP por meio do SRVEBP e dos novos cursos de engenharia. O programa de inclusão prevê que no prazo de cinco anos a universidade deverá atingir a meta de inclusão de 50% de estudantes, sendo 15% em 2014, 25% em 2015, 35% em 2016, 45% em 2017 e 50% em 2018. Se somarmos o número de estudantes que ingressaram por meio do SRVEBP e que receberam pelo menos uma modalidade de auxílio, em 2014, estes totalizaram 607 dentre 2.659, portanto 23% dos contemplados. Em 2015 (com o aumento da cota de inclusão de 15% para 25%) os alunos do SRVEBP contemplados com pelo menos uma modalidade de auxílio foram 1.150 dentre 3.074, o que representa 37% do total de estudantes contemplados. Desse modo, entre 2014 e 2015, houve um aumento de 14% na demanda de auxílios de permanência estudantil quando observado apenas os estudantes que ingressaram por meio do SRVEBP. Seguindo esta tendência, a ampliação do ingresso de estudantes pelo SRVEBP até o ano de 2018 (ano no qual teremos 50% de egressos da escola pública que ingressarão em todos os cursos de graduação da UNESP), sem dúvida, representará uma demanda ascendente relacionada aos auxílios de permanência estudantil.

8. Impacto e atendimento das demandas dos novos cursos

Para atender às demandas de permanência relativas à implantação dos novos cursos criados na UNESP em 2013, a COPE definiu como critério atribuir para cada nova turma 4 bolsas BAAE I e/ou Auxílios Aluguel proporcional ao valor das bolsas. O parâmetro para tal critério foram os procedimentos adotados pelas Universidades Federais de atribuir bolsas e auxílios permanência para 10% dos alunos de cursos novos. Trata-se de uma medida que tem por propósito dar condições de permanência, principalmente, para alunos de Unidades onde ainda não existe infraestrutura adequada de atendimento. Em 2014, a UNESP investiu R$ 306.000.00 para dar suporte a estes alunos. Em 2015 foram gastos aproximadamente **R$ 500.000,00** com a concessão de 69 BAAE da cota fixa, 11 BAAE emergenciais e 25 auxílios aluguel para estudantes dos cursos novos.

9. Realização de estudos sobre o Perfil Socioeconômico e Desempenho Acadêmico dos Estudantes Ingressantes pelo Programa de Inclusão Social da UNESP

No Brasil, pesquisas vêm sendo desenvolvidas com o objetivo de se compreender melhor as resistências, contradições, impactos e consequências da implantação de programas de inclusão para estudantes de escolas públicas em universidades públicas. São pesquisas quantitativas e/ou qualitativas realizadas nas universidades que adotaram o sistema de cotas. Os resultados destes estudos trazem dados expressivos por tratarem de discussões que incluem a reparação de direitos, o desempenho, a permanência, retenção e evasão de estudantes que ingressaram por meio desse sistema. Tais dados, além de possibilitarem uma avaliação dos programas de inclusão, têm subsidiado debates fundamentais que, em alguns casos, contribuem para desconstruir preconceitos

relacionados ao cenário da inclusão. Por isso, a COPE julgou pertinente realizar uma pesquisa para acompanhar os impactos e efeitos da implantação do Programa de Inclusão na UNESP.

A pesquisa que estamos realizando tem por objetivo mais amplo realizar uma reflexão sobre o processo de implantação de políticas afirmativas no ensino superior. Mais especificamente, busca descrever e fazer apontamentos sobre o Projeto de Inclusão desenvolvido na Universidade Estadual Paulista (UNESP), a partir de 2014, por meio do Sistema de Reserva de Vagas da Educação Básica Pública. Com essa perspectiva, estamos coletando dados sobre o processo inclusivo, o perfil dos estudantes e ações voltadas para a permanência estudantil que dão suporte à inclusão na UNESP. Além disso, temos por finalidade compreender e avaliar os impactos e consequências deste processo de inclusão. Trata-se de uma pesquisa de caráter descritivo que versa sobre as relações entre o perfil e o rendimento acadêmico dos estudantes que ingressaram na UNESP pelo SRVEBP. De um modo geral vamos: a) verificar o Coeficiente de Rendimento Escolar (CR) e o Coeficiente de Desempenho Escolar (CD) dos alunos que ingressaram na UNESP por meio do SRVEBP; b) realizar uma análise comparativa entre o entre o CR e o CD dos alunos que ingressaram pelo SRVEBP e alunos que ingressaram pelo Sistema Universal e c) realizar uma realizar uma análise comparativa entre as Taxas de Evasão anual (TE) considerando as duas formas de ingresso.

Neste estudo serão objetos de análise os dados referentes a todos os estudantes que ingressaram e que ingressarão na UNESP, de 2014 a 2018, pelo Sistema de Reserva de Vagas da Escola Básica Pública (SRVEBP) e estudantes que ingressaram pelo Sistema Universal. Todos os dados serão coletados por meio do Sistema de Gestão Acadêmica (SGA). O procedimento será de análise comparativa dos dados tendo por base cada objetivo proposto.

As reflexões preliminares realizadas possibilitam apontar alguns resultados positivos e indicam que são necessárias ações institucionais integradas para se manter uma política inclusiva digna e condizente com os princípios de qualidade que devem orientar os serviços de uma Universidade Pública (**o projeto de pesquisa, na íntegra, encontra-se no anexo II**).

10. Concessão de Subsídio alimentação para o Edital PIBIc/Ações Afirmativas

Pelo fato de a COPE ainda ter se dedicado às ações mais prementes, no sentido de construir de fato uma política consolidada de permanência estudantil na UNESP, não houve a possibilidade e disponibilidade para verificar outras modalidades de auxílios que possam ser concedidos à UNESP por instituições voltadas para políticas afirmativas e pelo Governo Federal. Porém, considerando a importância deste tipo de ação, em 2015, a COPE colaborou com a PROPE no Edital Iniciação Científica – Ações Afirmativas PIBIc/Afirmativo. Neste programa foram atribuídas 26 bolsas para alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, acrescido do critério de mérito sobre projeto de pesquisa a ser desenvolvido e do desempenho do aluno selecionado. Tendo por base está experiência, solicitamos ao Governo Federal 160 bolsas com esse perfil. Embora esta solicitação tenha sido indeferida, em 2016, lançaremos novamente o edital PIBIc/Afirmativo (PROPe/COPE) e insistiremos na solicitação junto ao Governo Federal.

11. Realização de estudos sobre a infraestrutura relacionada à Permanência Estudantil.

A COPE estabeleceu como uma das prioridades de atuação, além da concessão dos auxílios e bolsas, realizar estudos visando propor políticas para a questão dos Restaurantes Universitários e da Moradia Estudantil na UNESP.

Inicialmente, em novembro de 2013, após estudos das necessidades mais prementes de infraestrutura relacionadas à permanência estudantil, foi elaborada, em conjunto com o Gabinete do Reitor, proposta que fora aprovada pela CPPE, de obras a serem realizadas em várias Unidades da UNESP, totalizando investimentos da ordem de R$ 14,2 milhões. Na época, as obras definidas como prioritárias foram: na FCL/Araraquara (reforma e ampliação do RU), FCL/Assis (elaboração do projeto de readequação e reforma do RU), FCHS/Franca (construção da moradia estudantil; projeto alterado pela Unidade), FFC/Marília (contratação do projeto de ampliação e reforma do RU), IA/São Paulo (construção de moradia estudantil; projeto em tramitação na Prefeitura), Rio Claro (construção do RU) e Campus Experimentais (Centros de Vivência em Dracena, Itapeva, Ourinhos, Registro, Rosana, São João da Boa Vista e Tupã).

Em 2014 foram iniciadas as obras: FCL/Araraquara (reforma e ampliação do restaurante universitário); FCL/Assis (contratação de projeto funcional de readequação e reforma da cozinha do RU); FFC/Marília (contratação do projeto funcional de readequação e reforma do RU); Dracena (construção da primeira etapa do Centro de Vivência); Ourinhos (construção da Cantina/ obra em execução inserida dentro da Central de Laboratórios e Salas de Aula); Registro (Construção do Centro de Vivência); Rosana (Construção da primeira etapa do Centro de Vivência); São João da Boa Vista (Construção do Centro de Vivência); Tupã (Construção do Centro de Vivência).

Em 2014, chegaram à CPPE e à COPE, enviadas pelas Congregações das Unidades, como demandas para 2015, algumas solicitações de obras de infraestrutura relacionadas à permanência estudantil. Foram as seguintes: a) Reforma do RU solicitada pela AG de Botucatu, (documento assinado por todos os diretores e por representantes de estudantes); b) reforma e readequação da cozinha do RU solicitada pela FCL de Assis (projeto pronto); c) reforma e ampliação do RU solicitada pela FFC de Marília (projeto pronto); d) reforma e ampliação da moradia estudantil e construção de mais um bloco solicitada pela FFC de Marília; e) construção de mais um bloco de moradia e reforma e ampliação do RU solicitada pelo IBILCE de São José do Rio Preto. Além destas reivindicações existem, nos arquivos da COPE, desde 2013, a demanda dos estudantes para que sejam construídos restaurantes universitários e moradias estudantis em todos os Câmpus da UNESP.

Após debater tais solicitações, em duas reuniões realizadas em 2015, a CPPE concluiu que tais demandas são solicitações históricas que deveriam ser analisadas, ordenadas em prioridades e, posteriormente, encaminhadas à COPE e ao Magnífico Reitor. Desse modo, após minuciosa análise, foram priorizadas as seguintes solicitações:

a) *obras com projetos prontos*: reforma e ampliação da cozinha do RU da FCL de Assis; reforma e ampliação do RU da FFC de Marília e reforma do RU de Botucatu;

b) *elaboração de projetos:* reforma e ampliação da moradia estudantil com construção de mais um bloco na FFC de Marília; construção de mais um bloco de moradia estudantil do IBILCE de São José do Rio Preto.

A previsão total de investimentos elaborada pela APLO para 2014 e 2015 foi de R$ 14.467.215,61. Nesta previsão está contemplada a construção do RU de Rio Claro, a reforma e ampliação da cozinha do RU da FCL de Assis e a reforma e ampliação do RU da FFC de Marília, obras também priorizadas pela CPPE.

12. Elaboração de estudo analítico sobre os Restaurantes Universitários

Além dos auxílios de permanência estudantil e da Moradia, outro programa que tem forte impacto na UNESP, relacionado à Permanência Estudantil, é o programa voltado para os Restaurantes Universitários (RUs). Os restaurantes têm por finalidade o preparo e distribuição de refeições prioritariamente ao corpo discente, especialmente para os estudantes com vulnerabilidade socioeconômica, oferecendo uma alimentação de qualidade e quantidade adequada para a sua clientela. Além disso, os RUs criam condições para que os alunos permaneçam o dia todo no Câmpus para desenvolverem suas atividades acadêmicas. Constituem-se também num espaço de integração da comunidade universitária.

Convém reiterar que a UNESP é uma universidade multicâmpus presente em 24 cidades em todas as regiões do Estado e com evidentes mecanismos e solicitações de expansão. Nas últimas décadas foram abertos novos cursos de graduação e pós-graduação com consequente aumento das vagas. Além disso, é uma universidade que cumpre sua proposta identitária original quanto à inserção do ensino superior público no interior do Estado de São Paulo e que vêm, a cada ano, recebendo, através do seu vestibular, mais e mais alunos da rede pública estadual de ensino médio. Esses alunos, em sua maioria, apresentam necessidades a serem supridas pelos programas de permanência estudantil que têm por finalidade evitar a retenção, a evasão e possibilitar que esses estudantes possam concluir seus cursos. Nesse sentido, os RUs *possuem importância estratégica*.

No início de 2015, com o objetivo de propor uma política para os Restaurantes Universitários da UNESP, realizamos um estudo analítico sobre os RUs das Unidades que possuem restaurantes.

Conforme pode ser verificado na Figura 4, os Restaurantes Universitários da UNESP estão localizados em 10 das 24 cidades em que a UNESP está presente: Araraquara, Assis, Bauru, Franca, Ilha Solteira, Jaboticabal, Marília, Rio Claro, São José do Rio Preto e Presidente Prudente.

Figura 4. Restaurantes Universitários da UNESP

Para a realização deste estudo elaboramos um questionário para efetivar a coleta de dados. Além do questionário, os procedimentos utilizados foram:

- Levantamento dos estudos realizados anteriormente (CADE, Fórum de Diretores e compará-los aos dados obtidos em 2014);
- Visita às Unidades com Restaurante Universitário, apresentando os objetivos do estudo e o formulário eletrônico para atualização de dados dos RUs de cada uma das Unidades;
- Realização de discussões para encaminhar aos órgãos competentes uma proposta de política para os Restaurantes Universitários da UNESP.

A seguir apresentamos fotos tiradas nas visitas realizadas.

Figura 5. Fotos dos Restaurantes Universitários da UNESP visitados pela COPE

Os dados coletados em 2015 possibilitaram fazer algumas projeções que serão reavaliadas e analisadas para a elaboração do documento final contendo a "Proposta de Política para os Restaurantes Universitários da UNESP". Os dados coletados podem ser observados no Quadro 6.

Quadro 6 - Projeções do impacto financeiro referente ao programa de Restaurantes Universitários

DADOS SOBRE OS RUs	2014	2015 [3]	2016 [4]	2017 [5]	2018 [6]	Totais
Número de refeições servidas por dia	5470	5470	6.570	8.220	11.510	
Valor médio cobrado por refeição (2,50 a 4,00 em 2015)	3,35	3,50	4,00	4,50	5,00	
Valor Real médio refeição (considerando somente alimentos)	4,38	4,67	5,11	5,60	6,13	
Gastos com os Alimentos - Média mensal (R$ 257.491,00)	3.089.892,00	3.290.734,00	4.327.976,97	5.929.328,44	8.433.269,06	
Gastos material de limpeza - Média mensal (R$ 51.898,00)	622.776,00	663.256,00	871.518,38	1.192.890,78	1.802.577,26	
Gastos (Util. Pública - água luz e gás - mensal (R$ 7.378,00)	88.536,00	94.291,00	123.898,37	169.585,90	256.261,25	
Gastos com manutenção equipamentos	81.360,00	86.648,00	94.879,56	103.893,12	113.762,96	
Gasto Alimentos + mat. limpeza e útil. Pub. e manutenção equip.	3.882.564,00	4.134.929,00	5.418.273,28	7.395.698,24	10.605.870,53	
Gasto anual com pessoal (UNESP) – 102 func. (2014 e 2015)	4.550.006,00	4.914.006,00	5.915.556,78	7.400.294,19	11.150.066,63	
Gasto anual com terceirização 28 func. (2014 e 2015)	1.305.624,00	1.390.489,00	2.067.212,17	2.859.963,59	4.123.635,26	
Valor Anual Gasto RU	9.738.194,00	10.439.424,00	13.401.042,23	17.655.956,02	25.879.572,42	
Valor Arrecadado (venda) total de refeições X 22 dias X 10 meses X valor médio da refeição	4.031.390,00	4.211.900,00	5.781.600,00	8.137.800,00	12.661.000,00	
Estimativa de Subsídio concedido	**5.706.804,00**	**6.227.524,00**	**7.619.442,23**	**9.518.156,02**	**13.218.572,42**	
Aumento do número de refeições dia para atendimento da demanda (almoço e jantar)	-	-	1100	1650	3290	
Funcionários para atender o aumento de refeições/dia	-	-	16	25	68	109
Impacto financeiro para atendimento da demanda de equipamentos	-	3.326.990,00	2.000.000,00	1.000.000,00	2.000.000,00	
Estimativa de gastos de infraestrutura para ampliação e reformas dos RUs da UNESP	-	3.130.000,00	11.800.000,00	5.500.000,00	4.300.000,00	
Gasto Total da UNESP com o Programa de RUs incluindo subsídio, o investimento na ampliação das refeições, reforma dos RUs existentes e ampliação em outras Unidades não atendidas.	**5.706.804,00**	**12.684.514,00**	**21.419.442,23**	**16.018.156,02**	**19.518.572,42**	**75.347.488,67**
Locais previstos para reforma adequação da estrutura do RU ou nova implantação		Araraquara	Marília Assis Rio Claro Ilha Solteira	Botucatu Franca S.J. do Rio Preto	Pres. Prudente Jaboticabal Sorocaba C. Litoral Paulista Registro Ourinhos Instituto de Artes	

Os dados do Quadro 6 indicam que o valor real da refeição, considerando apenas o alimento (sem incluir, material de limpeza, utilidade pública e pessoal), é de R$ 4,67. Somando-se as despesas com custeio e pessoal chega-se ao custo médio de R$ 8,67 por

[3] Aplicado índice de 9,5% de inflação anual aos valores de 2015.

[4] Além do índice de 9,5% de inflação foi incorporada a ampliação de 1100 refeições/dia com a respectiva ampliação do quadro de funcionários.

[5] Além do índice de 9,5% de inflação foi incorporada a ampliação de 1650 refeições/dia com a respectiva ampliação do quadro de funcionários.

[6] Além do índice de 9,5% de inflação foi incorporada a ampliação de 3090 refeições/dia com a respectiva ampliação do quadro de funcionários nos RUs pré-existentes e nos construídos em 2017/2018.

refeição oferecida nos Restaurantes Universitários da UNESP. Os preços praticados nos restaurantes universitários da UNESP variam de R$ 2,50 a R$ 4,00.

Em 2014 e em 2015 a estimativa do subsídio concedido foi da ordem de R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) ano. Com o aumento da demanda evidenciada no estudo, em finalização, temos a necessidade de ampliar continuamente as refeições servidas e inclusive atender no período noturno. Nessa perspectiva, está prevista a ampliação de 1100 refeições, em 2016, 1650, em 2017, e 3290 em 2018.

Ao analisar o Quadro 6, percebe-se que o gasto total da UNESP com o Programa de RUs, incluindo os subsídios, o investimento na ampliação das refeições, as reformas dos RUs existentes e a ampliação em outras Unidades não atendidas perfazem, até 2018, o valor total de R$ 75.347.488,67, para atender aproximadamente 11.510 refeições por dia.

Considerando que quando esta estimativa foi elaborada ainda não tínhamos os dados de duas Unidades, somente agora, com o recente preenchimento dos formulários enviados, poderemos concluir este estudo e enviar aos Órgãos Colegiados uma "Proposta de Política para os Restaurantes Universitários da UNESP". A intenção da COPE é a de que o documento final com a proposta tramite nos Órgãos Colegiados em 2016.

13. Elaboração do documento sobre o impacto financeiro do programa de inclusão e de permanência estudantil na UNESP

No final de 2014 e início de 2015 a COPE elaborou um documento destinado ao Governo do Estado sobre "*Impacto Financeiro Referente aos Programas de Bolsas Desenvolvidas Pela Unesp*". Este documento foi analisado pelo Governo do Estado que, posteriormente, solicitou o detalhamento das ações de permanência estudantil e relacionado ao projeto de inclusão desenvolvido na UNESP. Diante desta solicitação, a COPE elaborou o documento "*Impacto financeiro do programa de inclusão e de permanência estudantil na UNESP*" que foi enviado ao Governo e ainda está sob avaliação.

Neste minucioso estudo, considerando as diferentes ações relacionadas à permanência estudantil, descrevemos como conclusões do estudo que:

> "(...) cabe reiterar que para atender ao Programa de Bolsas e Auxílios de Permanência Estudantil, a UNESP investirá, em 2016, R$ 20.680.200,00. De 2014 a 2018, período de implantação do Programa de Inclusão (SRVEBP), a previsão de investimentos, apenas com bolsas e auxílios de permanência estudantil totalizará R$ 103.426.860,00. Com a inclusão das estimativas das despesas e investimentos nos Programas de Moradia Estudantil, (Quadro 7 - total de R$ 33.310.400,00) e dos Restaurantes Universitários (Quadro 5 - total de R$ 75.347.488,67), a Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" investirá, no período de 2014 a 2018, R$ 212.084.748,67". (COPE, 2015, p. 22)

Tais dados podem ser observados de forma mais detalhada, a seguir, na Figura 6 e no Quadro 7 do documento enviado ao Governo do Estado.

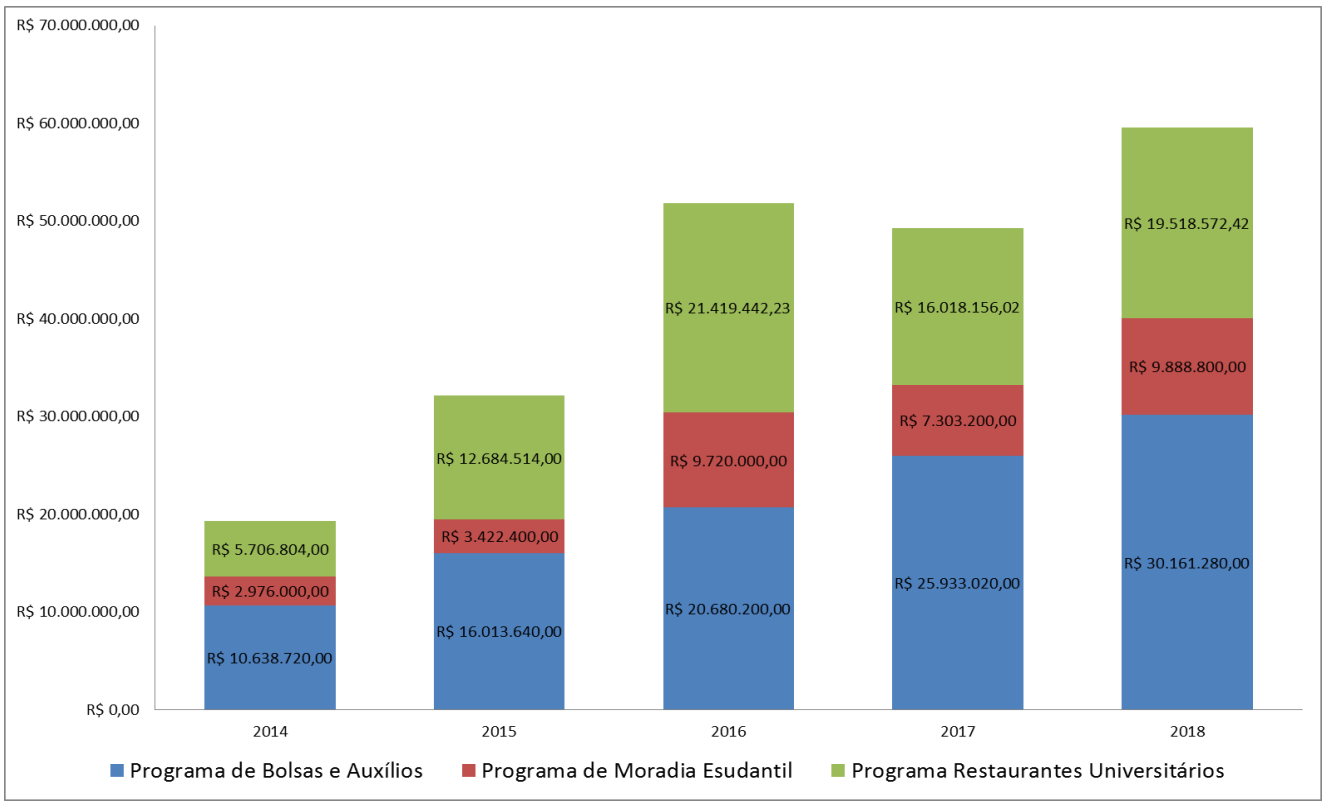


Figura 6 (Doc. Governo). Impacto financeiro do Programa de Inclusão e de Permanência Estudantil.

Quadro 7 (Doc. Governo)- Impacto financeiro do Programa de inclusão e de Permanência Estudantil

Permanência Estudantil	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**Totais**
Programa de Bolsas e Auxílios	**10.638.720,00**	**16.013.640,00**	**20.680.200,00**	**25.933.020,00**	**30.161.280,00**	**103.426.860,00**
Programa de Moradia Estudantil	**2.976.000,00**	**3.422.400,00**	**9.720.000,00**	**7.303.200,00**	**9.888.800,00**	**33.310.400,00**
Programa Restaurantes Universitários	**5.706.804,00**	**12.684.514,00**	**21.419.442,23**	**16.018.156,02**	**19.518.572,42**	**75.347.488,67**
Total	**R$ 19.321.524,00**	**R$ 32.120.554,00**	**R$ 51.819.642,23**	**R$ 49.254.376,02**	**R$ 59.568.652,42**	**R$ 212.084.748,67**

Ao final deste documento assinalamos que:

> "Consideramos que o aporte do Governo do Estado é imprescindível para que a UNESP possa implantar e consolidar seu Programa de Auxílios e uma Política de Permanência Estudantil digna e condizente com os princípios que orientam a qualidade e a excelência dos serviços prestados pela Universidade Estadual Paulista e pelo Governo do Estado de São Paulo. Com certeza, esta parceria contribuirá para que a UNESP se consolide, cada vez mais, como a Universidade de todo o Estado de São Paulo". (COPE, 2015, p. 23)

Agenda preliminar para 2016

- Planejar e elaborar um sistema computacional integrado a fim de facilitar o registro e avaliação das solicitações dos estudantes para concessão dos auxílios de permanência;
- Analisar o impacto da nova Resolução aprovada pelo CEPE sobre as normas e modalidades de auxílios de permanência com a finalidade de propor as medidas adequadas para sua implementação;
- Iniciar o estudo analítico sobre as Moradias Estudantis da UNESP;
- Atender as demandas decorrentes do processo de inclusão pelo SRVEBP;
- Atender às demandas decorrentes da implantação dos novos cursos;
- Aprimorar, ainda mais, os critérios de seleção de estudantes para a concessão de auxílios;
- Instituir processo de avaliação dos instrumentos utilizados e investimentos realizados;
- Realizar estudos para adequar, gradativamente, a infraestrutura física e de recursos humanos (prioritariamente Assistentes Sociais) para as reais demanda da UNESP;
- Consolidar, ainda mais, a política de permanência estudantil conforme as diretrizes do PNAES e da UNESP;
- Participar de Fóruns e Associações Estaduais e nacionais que tratem de políticas de permanência estudantil;
- Propiciar o intercâmbio com outras Universidades;
- Incentivar os estudantes para buscarem bolsas de mérito acadêmico.

Finalmente, cabe ressaltar que o presente relatório tem o propósito de descrever as ações que realizamos para atingir nossos objetivos de implementar uma política de Permanência Estudantil digna e condizente com os princípios que orientam a qualidade e a excelência dos serviços prestados pela UNESP[7].

Prof. Dr. Mário Sérgio Vasconcelos **Dr. Eduardo Galhardo**

Coordenadoria de Permanência Estudantil

Março - 2016

[7] As citações deste relatório inclusive as do anexo II estão dispostas nas referências (páginas 36 e 37).

Anexo I (item 7)

Cidade e Unidade		BAAE I	Auxílio Aluguel	BAAE I emerg.	Aux. Alug. emerg.	Bolsa Especial	Auxílio Estágio
Araçatuba	FMV	7	15	2	0	0	4
	FO	15	5	8	2	1	0
Araraquara	FCF	23	10	5	5	1	0
	FCL	116	36	52	8	0	0
	FO	11	10	0	0	0	0
	IQ	30	6	0	5	0	0
Assis	FCL	125	0	81	32	2	0
Bauru	FAAC	65	35	14	21	2	0
	FC	49	35	61	35	0	0
	FE	20	20	2	0	0	0
Botucatu	FCA	24	0	8	0	0	0
	FM	19	15	3	1	0	0
	FMVZ	21	0	9	0	0	6
	IB	24	15	32	0	1	4
Dracena	FCAT	17	5	11	11	0	3
Franca	FCHS	125	29	42	0	1	13
Guaratinguetá	FE	55	2	0	0	0	0
Ilha Solteira	FE	73	0	54	2	0	0
Itapeva	CE	13	10	9	7	0	0
Jaboticabal	FCAV	30	25	6	3	0	2
Marília	FFC	160	41	107	0	8	0
Ourinhos	CE	20	15	0	0	2	0
Presidente Prudente	FCT	127	90	60	26	0	0
Registro	CE	17	10	9	11	0	4
Rio Claro	IB	41	10	4	0	0	1
	IGCE	57	10	9	2	0	0
Rosana	CE	16	5	17	13	0	0
São João da Boa Vista	CE	10	3	0	0	0	0
São José do Rio Preto	IBILCE	96	32	29	19	0	0
São José dos Campos	ICT	22	6	9	0	0	0
São Paulo	IA	15	0	7	3	0	0
São Vicente	IB	11	16	5	5	0	0
Sorocaba	ICT	19	4	0	0	0	0
Tupã	FCE	20	12	8	10	0	0
TOTAL		1493	527	663	221	18	37

Anexo II (item 9)

Realização de pesquisa sobre o Perfil Socioeconômico e Desempenho Acadêmico dos Estudantes Ingressantes pelo Programa de Inclusão Social da UNESP

O PROGRAMA DE INCLUSÃO NA UNESP: VALORES E AÇÕES AFIRMATIVAS

Mário Sérgio Vasconcelos[8]
Eduardo Galhardo[9]

Resumo

Esta pesquisa tem por objetivo mais amplo realizar uma reflexão sobre o processo de implantação de políticas afirmativas no ensino superior. Mais especificamente, busca descrever e fazer apontamentos sobre o Projeto de Inclusão desenvolvido na Universidade Estadual Paulista (UNESP), a partir de 2014, por meio do Sistema de Reserva de Vagas da Educação Básica Pública. Com essa perspectiva, apresentamos dados sobre o processo inclusivo, o perfil dos estudantes e ações voltadas para a permanência estudantil que dão suporte à inclusão na UNESP. Além disso, também temos por finalidade compreender e avaliar os impactos e consequências deste processo de inclusão analisando o desempenho dos alunos. As reflexões preliminares realizadas possibilitam apontar alguns resultados positivos e indicam que são necessárias ações institucionais integradas para se manter uma política inclusiva digna e condizente com os princípios de qualidade que devem orientar os serviços de uma Universidade Pública.

Palavras-Chave: ações afirmativas; inclusão; ensino superior; permanência estudantil; UNESP.

[8] UNESP. Faculdade de Ciências e Letras de Assis. vascon@assis.unesp.br
[9] UNESP. Faculdade de Ciências e Letras de Assis. egalhard@assis.unesp.br

"*Pessoas pertencidas de abandono me comovem*"

(Manoel de Barros)

A política educacional brasileira vem, aos poucos, tentando contribuir para minimizar as históricas desigualdades sociais e raciais existentes no país por meio de ações que possam propiciar às "minorias" sociais oportunidades de inserção no ensino superior.

Com certeza essa não é uma tarefa fácil considerando os aspectos quantitativos e as defasagens qualitativas que envolvem a educação brasileira. Além disso, há que se considerar situações adversas de natureza política, econômica, ideológica, cultural e pedagógica que compõem a multiplicidade de fatores envolvidos nesse processo. Contudo, há mais de uma década, várias ações já se fazem presentes e atuantes no ensino superior, principalmente por meio da implantação de Políticas de Ações Afirmativas - PAAs. (LIMA, NEVES, SILVA, 2014).

Em se tratando de investimentos públicos voltados para ações afirmativas governamentais dirigidas às universidades, busca-se assegurar a inclusão por meio de cotas e de programas de permanência estudantil que têm dentre os principais objetivos proporcionar condições que contribuam para evitar a retenção e a evasão visando à formação de profissionais qualificados para a sociedade. Mendes Junior (2014, p. 32), afirma que:

> "Para que esses objetivos de política educacional sejam atingidos plenamente é necessário que os recém-matriculados na universidade sejam capazes de progredir nos períodos até a graduação. Mesmo que evadam ao longo do curso, os alunos podem obter maiores retornos no mercado de trabalho em comparação com a situação de não terem ingressado no ensino superior. Porém, se estamos preocupados em maximizar os retornos educacionais, isto não é o bastante. Conseguir manter os alunos até a formatura torna-se então uma condição necessária para que a missão de uma instituição de ensino superior (IES) seja cumprida integralmente".

Desse modo, uma parcela do aparato institucional relacionado à política educacional brasileira tem procurado não somente fornecer subsídios para que esses objetivos sejam alcançados, mas também encontrar mecanismos que propiciem o acesso ao ensino superior à população economicamente mais vulnerável, principalmente os estudantes deste contingente populacional que frequenta escolas públicas. Diante deste cenário as Políticas de Ações Afirmativas (PAAs)[10] e os Planos Plurianuais (PPAs)[11]se configuram como algumas das estratégias que compõem a tentativa

[10] Destacam-se os Cursinhos pré-vestibulares em IES, o PROUNI, o REUNI, o SISU, o PNAES, o PRONATEC e a Lei 12.711 (Cotas).

[11] Destacam-se o Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010), o Programa de Enfrentamento ao Racismo Institucional (PCRI) e o PROJOVEM.

da democratização do acesso à educação. Para Neves, Raizer, Fachinetto (2007) tal ocorrência tem acarretado efetivamente a expansão da educação brasileira no ensino superior.

As Políticas de Ações Afirmativas tiveram seu principal marco, a nível nacional, em 29 de agosto de 2012, data em que a Presidência da República sancionou a Lei 12.711, determinando que as instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação deveriam reservar, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por turno e curso, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas, para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Além disso, estabeleceu que em cada instituição federal de ensino superior, as vagas deverão ser preenchidas, por turno e curso, por autodeclarados pretos, pardos e índios, em proporção, no mínimo, igual a dos pretos, pardos e índios na população da unidade da federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE).

Embora a Lei Federal tenha sido decretada apenas em 2012, algumas instituições federais, estaduais e municipais de ensino superior já vinham tomando iniciativas em promover ações afirmativas. A primeira instituição de ensino superior no Brasil a adotar ações afirmativas em maiores proporções foi a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Naquela universidade, no período de 2003 até 2012, ingressaram pelo sistema de cotas 16.607 estudantes. O sistema de cotas da UERJ estabelecia os seguintes percentuais para reserva de vagas: 20% para estudantes negros e indígenas, 20% para estudantes oriundos da rede pública de ensino e 5% para pessoas com deficiências e filhos de policiais civis, militares, inspetores de segurança ou administração penitenciária, mortos ou incapacitados por razão de serviço. Dos 16.607 alunos que ingressaram no programa de inclusão da UERJ, entre 2003 e 2012, 4.738 (28,53%) já se formaram e 4.985 (30,01%) evadiram (MENDES JUNIOR, 2014).

A partir da iniciativa da UERJ, outras universidades brasileiras deram início a programas de inclusão social. Todavia, mesmo com o sansão da Lei 12.711/2012, que tem como objetivo principal minimizar e neutralizar os efeitos das discriminações interseccionais[12] criando oportunidades equitativas de modo proativo, algumas instituições de nível superior ainda não adotaram a normativa inclusiva levando a vários debates sobre o assunto, seja no âmbito acadêmico bem como em outros seguimentos sociais, existindo posicionamentos favoráveis e desfavoráveis à implantação das políticas afirmativas de cotas nas universidades.

Convém lembrar que, em se tratando de ensino superior brasileiro, não é fácil ingressar em um curso em universidades públicas, principalmente para um estudante oriundo da educação pública (fundamental e médio) que ao longo dos anos passa por grandes índices de desestabilizações e investimentos abaixo do necessário. Assim, para estudantes de escolas públicas

[12] Marcadores sociais de raça/etnia, gêneros, idades, classe social, nacionalidade, etc. (MELLO & GONÇALVES, 2010).

adentrarem e até mesmo almejarem um ensino superior em universidades públicas, chega por vezes ser meramente um desejo. Diante de tal realidade a parcela de estudantes de escolas públicas que ingressaram em universidades públicas ainda é pequena quando comparada ao índice de estudantes que tiveram condições de estudarem em escolas e colégios privados. De acordo com Castro (2001 *apud* VASCONCELOS, SILVA, 2005), há uma grande disparidade que torna desigual a competição por uma vaga em instituições públicas de ensino, pois a maioria dos estudantes de escolas privadas passa por uma preparação para o vestibular, além de muitos terem condições financeiras que os possibilita fazerem cursos pré-vestibulares. Desse modo, não se pode negligenciar que fatores socioeconômicos interferem direta e indiretamente na aquisição de uma vaga nas universidades públicas, além de ter efeitos preponderantes na própria formação educacional dos estudantes (RISTOFF, 2014).

Considerando as relações entre aspectos socioeconômicos, culturais e políticas afirmativas, pesquisas vêm sendo desenvolvidas com o objetivo de se compreender melhor as resistências, impactos e consequências da implantação de programas de inclusão para estudantes de escolas públicas em universidades públicas. Nesse sentido, algumas pesquisas quantitativas e/ou qualitativas realizadas nas universidades que adotaram o sistema de cotas para estudantes de escolas públicas, trazem dados expressivos ao tratarem de discussões que incluem o preconceito, a reparação de direitos, o desempenho e a permanência, retenção e evasão dos ingressantes por esse sistema (MENIN *et al*, 2008; MENDES JUNIOR, 2014). De um modo geral, tais estudos descrevem realidades distintas, mas a maioria nos mostra que a implantação das PAAs tem apontado resultados positivos (VELLOSO, 2009; MENDES JUNIOR, 2014). Alguns avaliam, a partir da comparação de grupos focais compostos de estudantes não cotistas e cotistas, os coeficientes de rendimento (CR) e as taxas de graduação e evasão. Resultados demonstram que os cotistas tendem a atribuir um alto valor aos cursos que ingressaram, por isto, persistem em maior proporção na universidade a despeito de menores coeficientes de rendimentos médios (MENDES JUNIOR, 2014). Outro fator frequentemente estudado é o perfil socioeconômico dos alunos ingressantes em comparação com o seu desempenho no vestibular e/ou nas disciplinas da graduação. As análises indicam que as desigualdades sociais interferem decisivamente no processo educacional, inclusive na escolha de carreiras de maior ou menor prestígio social (MELLO, SOUZA, 2012).

De um modo geral, constatamos que a maioria dos estudos aponta tanto aspectos positivos como negativos relacionados ao processo de inclusão, porém quase sempre os pontos positivos são suportes para apresentarem justificativas contundentes a favor da implantação de ações afirmativas que possibilitem a superação dos possíveis obstáculos para inserção ao ensino superior.

A proposta de inclusão na UNESP

Embora as universidades estaduais paulistas (UNESP, UNICAMP e USP) há mais de três décadas desenvolvam algumas ações visando favorecer a inclusão e permanência estudantil (cursinhos pré-vestibular, inscrição gratuita em vestibular, bolsas de apoio acadêmico, moradias estudantis, auxílios aluguel, restaurantes universitários, subsídios alimentação, auxílio transporte, etc.) e tenham em seu quadro um grande número de estudantes oriundos de escolas públicas, propostas de inclusão com o perfil de cotas somente foram concretizadas a partir de 2013, quando o governo do Estado de São Paulo solicitou, por meio do *Programa Paulista de Inclusão Social no Ensino Superior* (PPISES), que as três universidades implementassem ações afirmativas para promover a inclusão de alunos em condições de vulnerabilidade socioeconômica nos seus cursos de graduação, mediante o acolhimento, em 50% de suas vagas, de alunos de escolas públicas, guardando, dentre estes, a parcela de 35% dos grupos étnicos preto, pardo e índio.

Após vários estudos realizados por comissões compostas por docentes da UNESP, USP e UNICAMP e especialistas indicados pelo Governo do Estado de São Paulo, foi elaborada a proposta do *Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Público Paulista* (PIMESP), no qual estava previsto que as universidades estaduais tivessem ao menos 50% das matrículas, em cada turno, com alunos que cursavam integralmente o Ensino Médio em Escolas Públicas e, dentre os 50%, o percentual de pretos, pardos e indígenas deveria ser, no mínimo, aquele verificado pelo IBGE no Censo demográfico de 2010 (35%). Estas metas deveriam ser atingidas até 2014.

O Conselho Universitário da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), buscando atender à solicitação do Governo do Estado de São Paulo e se aprofundar na discussão sobre as propostas de inclusão, após vários debates bastante polêmicos envolvendo o PPISES e o PIMESP, em agosto de 2013, aprovou, semelhante à UNICAMP e à USP[13], proposta de inclusão diferente do PIMESP. O projeto de inclusão aprovado pela UNESP prevê o seguinte:

- 50% das vagas, para cada curso e turno, dos cursos de graduação da UNESP devem ser preenchidas por estudantes que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas;
- do total de vagas a serem ocupadas por estudantes oriundos de escolas públicas, 35% deverão ser reservadas para pretos, pardos e índios;
- no prazo de 5 (cinco) anos a universidade deverá a atingir a meta de inclusão de 50% de estudantes, sendo 15% em 2014, 25% em 2015, 35% em 2016, 45% em 2017 e 50% em 2018;
- a metodologia adotada para a inclusão é o processo classificatório do vestibular, por meio de Sistema de Reserva de Vagas para a Escola Básica Pública (SRVEBP), com aproveitamento dos candidatos até o limite de vagas fixadas para cada curso e turno.

[13] As propostas aprovadas pela UNESP, UNICAMP e USP são distintas entre si e diferentes do PIMESP.

O ingresso de estudantes na UNESP pelo Sistema de Reserva de Vagas para a Educação Básica Pública (SRVEBP)

Em 2014 a UNESP ofereceu no vestibular de *inicio de ano* 7.259 vagas, distribuídas em 171 opções de cursos, em 23 cidades: Araçatuba (155 vagas), Araraquara (855 vagas), Assis (405 vagas), Bauru (1.045 vagas), Botucatu (600 vagas), Dracena (40 vagas), Franca (400 vagas), Guaratinguetá (310 vagas), Ilha Solteira (270 vagas), Itapeva (80 vagas), Jaboticabal (280 vagas), Marília (475 vagas), Ourinhos (90 vagas), Presidente Prudente (640 vagas), Registro (40 vagas), Rio Claro (490 vagas), Rosana (80 vagas), São João da Boa Vista (40 vagas), São José do Rio Preto (460 vagas), São José dos Campos (120 vagas), São Paulo (184 vagas), São Vicente (80 vagas) e Tupã (120 vagas). No vestibular realizado no *mês de junho,* de 2014, ingressaram mais 420 estudantes em 5 cidades: Bauru (40 vagas), Dracena (40 vagas), Ilha Solteira (200 vagas), Registro (40 vagas) e Sorocaba (100 vagas). Portanto, em 2014, ingressaram na UNESP 7.679 alunos. Pelo sistema de Sistema de Reserva de Vagas para Educação Básica Pública (SRVEBP) ingressaram 1.197 estudantes (15%) alunos que cursaram todo o ensino médio em escola pública. Destes, 412 autodeclarados pretos pardos ou indígenas (SRVEBP+PPI).

No Vestibular 2015, o SRVEBP garantiu um mínimo de 25% das vagas de cada curso para alunos que tenham feito todo o ensino médio em escola pública. Isso ampliou a proporção destes alunos nos cursos da UNESP, que até 2013 era de aproximadamente 36% das vagas oferecidas.

Em 2015 a UNESP ofereceu 7.271 vagas para os cursos que iniciaram no primeiro semestre de 2015 e 420 vagas para o vestibular de meio do ano. No total foram 7.691 vagas. Consequentemente, houve a seguinte distribuição de vagas: 5.740 vagas para o Sistema Universal[14] (SU); 1.951 vagas para o Sistema de Reserva de Vagas para Educação Básica Pública (SRVEBP). Destas, 595 vagas foram destinadas aos candidatos que se autodeclararem pretos, pardos ou indígenas (SRVEBP+PPI).

Considerando os dados de 2014 e 2015, o total de ingressantes na UNESP neste período foi de 15.370 estudantes. Pelo SRVEBP, ingressaram 3.148 estudantes. Deste total, 1.007 foram reservadas para pretos, pardos e índios.

[14] O Sistema Universal refere-se aos estudantes que não cursaram o ensino médio integralmente em Escola Pública.

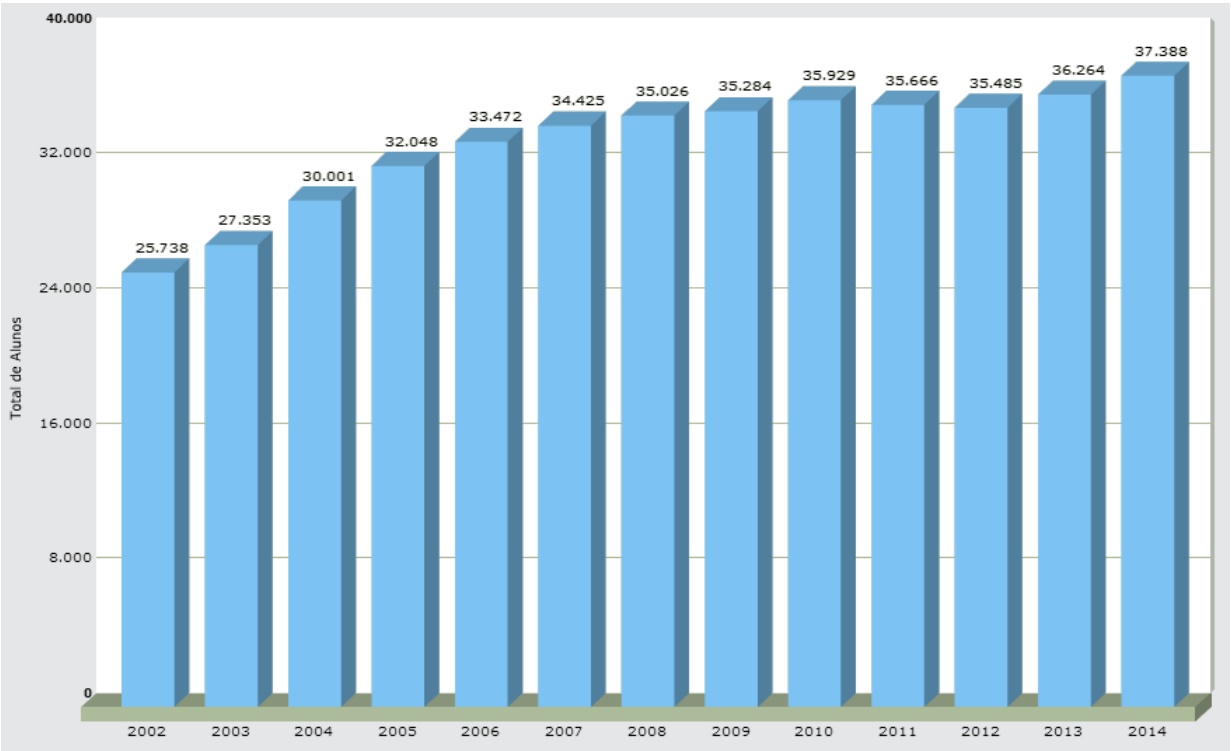
Quadro 1. Distribuição do número de estudantes por sistema de ingresso nos vestibulares da Unesp de 2014 e 2015

Sistema de Ingresso	2014	2015	Totais
Total de Vagas	7679	7691	15370
Sistema Universal	6482	5740	12222
SRVEBP	785	1356	2141
SRVEBP (PPI)	412	595	1007
Total do SRVEBP	1197	1951	**3148**

Fonte: Dados informados pela PROGRAD.

O perfil do estudante da UNESP

A UNESP tem atualmente 34 unidades em 24 cidades. Desde a sua criação, em 1976, vem gradativamente aumentando o número de cursos e de estudantes. Em 1990, já contava com 17.199 alunos de graduação e, em 2000, este contingente subiu para 23.603 alunos. Entre 2002 e 2014 houve um aumento de aproximadamente 12.000 alunos. No final de 2014 contava com 37.388 estudantes de graduação. O aumento gradativo de alunos no período de 2002 até 2014 pode se melhor visualizado na Figura 1:

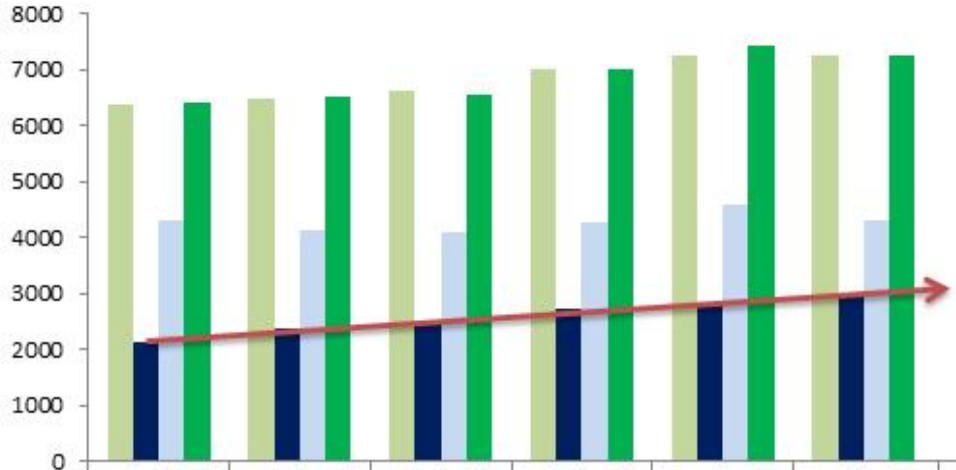


Fonte: Anuário Estatístico de 2015

Figura 1. Estudantes matriculados nos cursos de graduação da UNESP

Embora a UNESP tenha em seu quadro um grande contingente de estudantes oriundos de escolas públicas, a inovação inclusiva, estabelecendo percentuais de alunos de escola pública por curso e turma, é uma variável que, em médio prazo, estará influenciando o perfil dos estudantes da UNESP. O principal motivo desta hipótese está no fato de que o programa de inclusão adotado passou a considerar o grupo de alunos ingressantes que cursaram *integralmente o Ensino Médio em Escola Pública.*

Podemos observar, a seguir, na Figura 2, a sequência histórica, de 2010 a 2015, da distribuição dos alunos matriculados no 1º ano dos cursos de graduação da UNESP, por origem administrativa do Ensino Médio, considerando os grupos que cursaram *integralmente o ensino médio em escolas públicas* e os que fizeram um ou mais anos em escolas particulares.



	2010	2011	2012	2013	2014	2015	TOTAL
Vagas	6394	6484	6629	7014	7259	7260	
Integralmente EP	2137	2386	2487	2744	2841	2955	15.550
Não integralmente EP	4292	4121	4082	4275	4588	4299	25.657
Nº matriculados	6429	6507	6569	7019	7429	7254	41.207

Fonte: Dados elaborados pela VUNESP (AZEVEDO, 2015)[15]

Figura 2. Número de alunos ingressantes por origem administrativa do ensino médio de 2010 a 2015

Observando a Figura 2, pode-se constatar, somando-se os dados da segunda linha "Integralmente EP (Escola Pública)", que nos últimos seis anos a UNESP absorveu **15.550** alunos que frequentaram integralmente a escola pública e que esse aumento é gradativo e anual. Segundo Azevedo (2015), a análise do ingresso de estudantes na UNESP demonstra que:

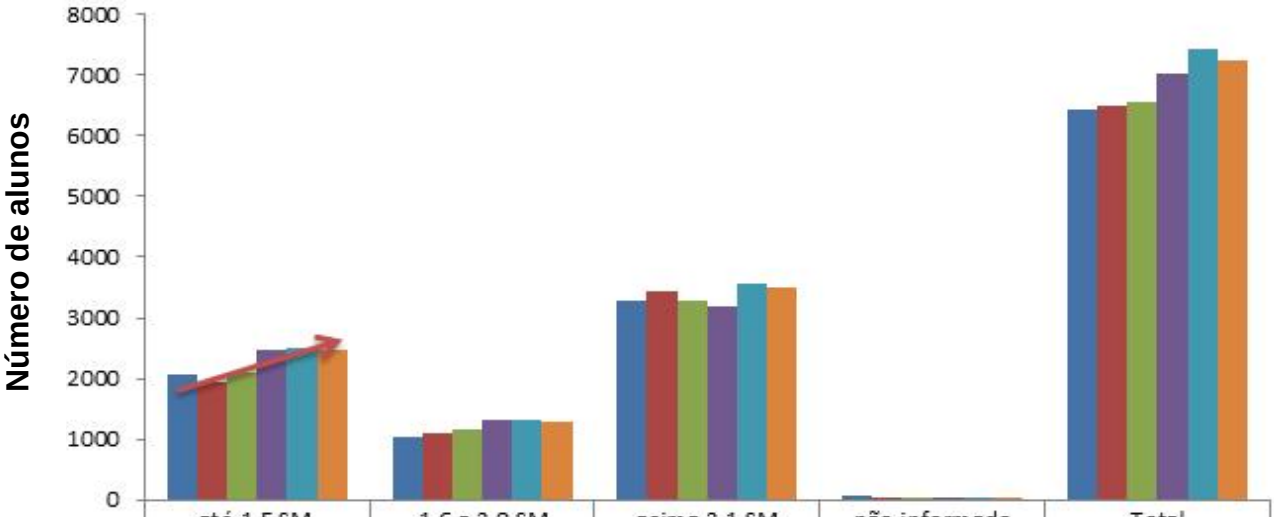
> "Em relação ao processo seletivo de 2010 a universidade recebeu em 2014 um total de 708 alunos a mais, finalizando a matrícula com 2.841 alunos que cursaram integralmente o Ensino Médio em Escolas Públicas, representando 38,34% dos alunos matriculados ou 39,14% das vagas oferecidas e em 2015 a universidade

[15] AZEVEDO, T.C.A.M. Análise do perfil socioeconômico e da origem administrativa do ensino médio dos alunos matriculados no 1º ano dos cursos de graduação da Unesp. Fundação VUNESP. 2015.

> recebeu 818 alunos a mais, representando 40,7% dos alunos matriculados ou em vagas oferecidas."

Por ocasião do período de inscrição no Vestibular UNESP, em questionário socioeconômico apresentado aos candidatos, estes responderam, entre outras, duas questões relativas à renda familiar e ao número de pessoas que vivem com a renda declarada. Analisando as respostas dos alunos matriculados nos diferentes cursos de graduação oferecidos pela UNESP, é possível calcular, mantendo-se uma correlação entre as duas respostas, a renda *per capita* do aluno matriculado.

Para fins de apresentação dos resultados e da análise dos dados, o universo dos alunos matriculados foi reagrupado em três grupos: o primeiro com renda *per capita* até 1,50 salários mínimos (possíveis candidatos ao programa de bolsa e auxílios de permanência estudantil), o segundo grupo com os alunos matriculados que declararam renda *per capita* familiar de 1,51 a 2,00 salários mínimos e o terceiro grupo com renda *per capita* superior a 2,00 salários mínimos. A Figura 3 apresenta a distribuição de alunos matriculados no primeiro ano de graduação na UNESP nos diferentes grupos de renda familiar *per capita*.



	até 1,5 SM	1,6 a 2,0 SM	acima 2,1 SM	não informado	Total
2010	2053	1029	3285	62	6429
2011	1933	1110	3427	37	6507
2012	2088	1146	3292	43	6569
2013	2474	1317	3191	37	7019
2014	2515	1324	3564	26	7429
2015	2465	1288	3486	15	7254
TOTAL	13.528	7214	20.245	220	41.207

Fonte: Dados elaborados pela VUNESP (AZEVEDO, 2015)

Figura 3: Número de alunos ingressantes por intervalo de renda familiar *per capita*, por ano de ingresso e número de vagas

Pela análise da sequência histórica dos processos seletivos de 2010 a 2015, relativa aos dados obtidos das declarações dos candidatos inscritos no Vestibular, conclui-se que, considerando

apenas o atendimento ao critério de renda familiar *per capita* de até 1,5 salários mínimos (conforme previsto no PNAES), a UNESP, em 2014, recebeu 2.515 alunos (33,85% dos ingressantes) e, em 2015, recebeu 2.465 (33,98%) dos ingressantes na condição descrita. Se somarmos (na primeira coluna vertical) o montante de alunos que ingressaram na UNESP com o perfil sócio econômico de renda familiar *per capita* de até 1,5 salários, entre 2010 e 2015, temos no período o total de 13.528 ingressantes.

A permanência estudantil na UNESP

Conforme afirma Ristoff (2014), fatores socioeconômicos interferem direta e indiretamente na aquisição de uma vaga nas universidades públicas, na formação dos estudantes e nos índices de evasão. Visto que historicamente, cada vez mais, uma grande parcela de estudantes que ingressa na UNESP vem de escolas públicas e de famílias com renda *per capita* familiar de até 1,5 salários mínimos, se intensifica a hipótese de que a inclusão é um dos fatores que contribuí para reforçar o perfil de vulnerabilidade socioeconômica dos estudantes da universidade. Desse modo, em função deste perfil, não se pode negligenciar que a política de inclusão, para se consolidar de fato como inclusiva e não apenas como mecanismo de ingresso no ensino superior, deve ser acompanhada de outras ações afirmativas que possibilitem ao estudante permanecer na instituição até o final do curso. Trata-se da necessidade de um conjunto de ações articuladas que incluem auxílios socioeconômicos e novas arquiteturas pedagógicas que tenham como princípio a diversidade e que possam favorecer a criação de uma "cultura de emancipação".

Há mais de duas décadas a UNESP desenvolve ações voltadas para a assistência ao estudante. Bolsas de Apoio Acadêmico, Programa Adote um Aluno, Moradias Estudantis, Auxílios Aluguel, Restaurantes Universitários e Subsídios Alimentação são algumas destas ações. Porém, uma política de inclusão impõe novas demandas, impulsiona reivindicações e fortes mobilizações de pessoas e instituições diretamente relacionadas a esse cenário. Foi num contexto com estas características, com intensa participação dos estudantes, que o Conselho Universitário da UNESP criou, em agosto de 2013, a Coordenadoria de Permanência Estudantil (COPE) e a Comissão Permanente de Permanência Estudantil (CPPE) com a finalidade de dar melhor atendimento aos estudantes.

A COPE foi implantada com o propósito de elaborar, planejar, acompanhar e avaliar, em conjunto com CPPE, políticas, programas, metas e ações que tenham por objetivo promover a igualdade de oportunidades aos estudantes que estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica, contribuindo para a redução de índices de retenção e evasão na universidade. Os principais objetivos da COPE e CPPE são: a) Planejar ações para receber alunos que ingressarem na UNESP pelo Programa de Inclusão por meio do Sistema de Reserva de Vagas da Educação Básica

Pública (SRVEBP); b) Introduzir na UNESP as diretrizes do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES (Decreto 7.234/julho 2010), que visa, principalmente, atender estudantes oriundos da rede pública de educação básica com renda *per capita* de até 1,5 salários mínimos; c) atender as demandas de permanência relacionadas à implantação de novos cursos; d) consolidar a Política de Permanência Estudantil na UNESP.

Embora as ações da UNESP ainda estejam muito aquém de promoverem uma política emancipatória e consolidada de inclusão e permanência estudantil[16], atualmente a instituição oferece aos estudantes (com vulnerabilidade socioeconômica) moradia estudantil, restaurante universitário, bolsa de apoio acadêmico e extensão, auxílio aluguel, subsídio alimentação, bolsa especial e auxílio estágio[17].

A análise dos dados do processo seletivo para atribuição de auxílios de permanência estudantil em 2014 e 2015 permitiu realizar um estudo mais aprofundado das solicitações desses estudantes e dos impactos do programa de inclusão pelo Sistema de Reserva de Vagas da Educação Básica Pública (SRVEBP). Nos Quadros 2 e 3 são apresentados, respectivamente, em relação aos anos de 2014 e 2015, dados referentes à quantidade de estudantes por categoria de auxílios de permanência estudantil, incluindo os ingressantes.

Quadro 2 – Distribuição dos auxílios concedidos em 2014 por forma de ingresso

2014 Alunos	Contemplados BAAE I	Contemplados Auxílio aluguel	Contemplados BAAE I e auxílio aluguel	Contemplados moradia estudantil	Contemplados BAAE I e moradia estudantil	Migraram ou não foram contemplados devido aos critérios	Inscritos 2014
Veteranos	640	320	111	369	289	178	1907
Ingressantes SRVEBP	272	76	55	58	146	28	635
Ingressantes SU	153	47	24	40	59	12	335
Total 2014	1065	443	190	467	494	218	2877

[16] Inclusive porque a COPE e a CPPE começaram, de fato, a funcionar em 2014. Novas modalidades de auxílios socioeconômicos e apoios acadêmicos estão em discussão nos órgãos colegiados competentes.

[17] Moradia Estudantil (1.240 vagas), Restaurante Universitário (5.470 refeições dia), Bolsa de Apoio Acadêmico e Extensão (R$ 350,00), Auxílio Aluguel (R$ 230,00), Subsídio Alimentação (R$ 75,00), Bolsa para alunos com deficiência (R$ 425,00), Auxílio Estágio (R$ 350,00). Os alunos com extrema dificuldade socioeconômica podem acumular o BAAE, Auxílio Aluguel e Subsídio Alimentação, perfazendo o total de R$ 655,00.

Quadro 3 – Distribuição de estudantes por categoria de auxílios de permanência estudantil em 2015[18]

Estudantes	Contemplados BAAE	Contemplados Auxílio Aluguel	Contemplados BAAE e Auxílio Aluguel	Contemplados Moradia Estudantil	Contemplados BAAE e Moradia Estudantil	Migraram	Não contemplados*	Inscritos
Veteranos ≤ 2013	429	213	100	268	238	54	404	1706
SU 2014-2015	288	77	81	58	102	16	265	887
SRVEBP 2014-2015	514	124	148	84	256	24	289	1439
Total	1231	414	329	410	596	94	958*	4032

* Entre os não contemplados, 361 possuíam renda *per capita* familiar superior a 1,5 salários mínimos. 96 devido ao rendimento acadêmico e 504 por razões variadas, como por exemplo, documentação incompleta ou não comparecimento à entrevista realizada por Assistente Social.

Os quadros 3 e 4 indicam que houve um impacto crescente na demanda de auxílios relacionados à permanência estudantil depois da implantação do programa de inclusão na UNESP por meio do SRVEBP. O programa prevê que no prazo de cinco anos a universidade deverá atingir a meta de inclusão de 50% de estudantes, sendo 15% em 2014, 25% em 2015, 35% em 2016, 45% em 2017 e 50% em 2018. Se somarmos o número de estudantes que ingressaram por meio do SRVEBP e que receberam pelo menos uma modalidade de auxílio, em 2014, estes totalizaram 607 dentre 2.659, portanto 23% dos contemplados. Em 2015 (com o aumento da cota de inclusão de 15% para 25%) os alunos do SRVEBP contemplados com pelo menos uma modalidade de auxílio foram 1.150 dentre 3.074, o que representa 37% do total de estudantes contemplados. Portanto, entre 2014 e 2015, houve um aumento de 14% na demanda de auxílios de permanência estudantil quando observado os estudantes que ingressaram por meio do SRVEBP. Seguindo esta tendência, a ampliação do ingresso de estudantes pelo SRVEBP até o ano de 2018 - ano no qual teremos 50% de egressos da escola pública que ingressarão em todos os cursos de graduação da UNESP - provavelmente representará uma demanda ascendente relacionada aos auxílios de permanência estudantil.

[18] Temos que ressaltar que a adoção de uma metodologia de registro dos processos de seleção por meio de ferramentas informacionais permitiu o aprimoramento do registro dos auxílios concedidos e, consequentemente, destacar aspectos importantes referentes ao processo de concessão de auxílios de permanência estudantil em 2014 e 2015. Por exemplo, em 2014, registramos somente os estudantes que tiveram sua inscrição aceita (após verificação dos documentos e realização das entrevistas) e, em 2015, foram tabulados os dados de todos os alunos que solicitaram auxílios de permanência estudantil.

A pesquisa (em andamento) sobre a inclusão na UNESP[19]

Como afirmamos no início deste texto, pesquisas vêm sendo desenvolvidas com o objetivo de se compreender melhor as resistências, contradições, impactos e consequências da implantação de programas de inclusão para estudantes de escolas públicas em universidades públicas. São pesquisas quantitativas e/ou qualitativas realizadas nas universidades que adotaram o sistema de cotas. Os resultados destes estudos trazem dados expressivos por tratarem de discussões que incluem a reparação de direitos, o desempenho, a permanência, retenção e evasão de estudantes de ingressaram por meio desse sistema (MENIN *et al*, 2008; MENDES JUNIOR, 2014). Tais dados, além de possibilitarem uma avaliação dos programas de inclusão, têm subsidiado debates fundamentais que, em alguns casos, contribuem para desconstruir preconceitos relacionados ao cenário da inclusão. Por isso, julgamos pertinente realizar uma pesquisa para acompanhar os impactos e efeitos da implantação do Programa de Inclusão na UNESP.

Esta pesquisa em andamento, de caráter descritivo, versa sobre as relações entre o perfil e o rendimento acadêmico dos estudantes que ingressaram na UNESP pelo SRVEBP. Os objetivos definidos para este estudo foram:

- Verificar o Coeficiente de Rendimento Escolar (CR) dos alunos que ingressaram na UNESP por meio do SRVEBP (objetivo relacionado à média das notas das disciplinas cursadas);
- Realizar uma análise comparativa entre o Coeficiente de Rendimento (CR) dos alunos que ingressaram pelo SRVEBP e alunos que ingressaram pelo Sistema Universal;
- Verificar o Coeficiente de Desempenho Escolar (CD) dos alunos que ingressaram na UNESP por meio do SRVEBP; (objetivo relacionado ao percentual de aproveitamento em relação ao total de disciplinas cursadas);
- Realizar uma análise comparativa entre o Coeficiente de Desempenho (CD) dos alunos que ingressaram pelo SRVEBP e alunos que ingressaram pelo Sistema Universal;
- Verificar a média de frequência dos alunos que ingressaram pelo SRVEBP;
- Realizar uma análise comparativa entre a média de frequência dos alunos que ingressaram pelo SRVEBP e alunos que ingressaram pelo Sistema Universal;
- Realizar uma análise comparativa entre as Taxas de Evasão anual (TE) considerando as duas formas de ingresso;
- Verificar, a partir de 2017, o percentual de alunos que ingressaram pelo SRVEBP e que concluem o curso (Taxa de Graduação - TG);
- Realizar uma análise comparativa entre a Taxa de Graduação (TG) dos ingressantes pelo SRVEBP e dos alunos que ingressaram pelo Sistema Universal;

[19] Esta pesquisa conta com a colaboração do bolsista de Iniciação Científica *Edgar Bendahan Rodrigues* (bolsa atribuída pela Prograd/Unesp).

- Realizar uma análise comparativa entre o perfil socioeconômico do estudante e o Coeficiente de Rendimento (CR);
- Realizar análise comparativa entre o perfil socioeconômico e as Taxas de Evasão (TE) e Taxa de Graduação (TG).

Neste estudo serão objetos de análise os dados referentes a todos os estudantes que ingressaram e que ingressarão na UNESP, de 2014 a 2018, pelo Sistema de Reserva de Vagas da Escola Básica Pública (SRVEBP) e estudantes que ingressaram pelo Sistema Universal. Todos os dados serão coletados por meio do Sistema de Gestão Acadêmica da UNESP (SGA). O procedimento será de análise comparativa dos dados tendo por base cada objetivo proposto.

Em 2014 houve 2.227 estudantes ingressantes de EPs, o que representa 38,8% do total de 7.259 vagas oferecidas na UNESP. Embora ainda não tenhamos dados conclusivos, pois estamos em fase inicial de análise dos dados, julgamos importante divulgar alguns resultados preliminares, obtidos por meio do SGA, referentes aos egressos de Escolas Públicas (EPs) que ingressaram na UNESP nesse ano. Fizemos também uma análise um pouco mais detalhada dos dados de 590 estudantes de EPs que ingressaram pelo SRVEBP e que foram contemplados com algum tipo de auxílio relacionado à permanência estudantil. Estes dados podem ser observados no Quadro 4:

Quadro 4 – Dados obtidos no Sistema de Gestão Acadêmica referentes aos estudantes ingressantes na UNESP egressos da Escola Pública e do SRVEBP

SGA-UNESP 2014	Egressos da Escola Pública	SRVEBP + PPI
N (amostra)	2227	590
MATRICULADOS	1782	514
CANCELADOS (EVASÃO)	445 (20%)	76 (13%)
MÉDIA DESEMPENHO	83,1	85,6
MÉDIA FREQUÊNCIA	87,1	89,4
COEFICIENTE RENDIMENTO	6,14	6,30

No Quadro 4 podemos observar que 76 (13%) dentre os 590 alunos do SRVEBP e que foram contemplados com auxílios de permanência estudantil cancelaram a matrícula e/ou se evadiram da universidade. Por outro lado, 445 (20%) dentre 2.227 alunos de EPs, que não receberam algum tipo de auxílio permanência, cancelaram e/ou se evadiram. Desse modo, há uma diferença de 7% entre alunos que cancelaram a matrícula e/ou se evadiram entre as duas

modalidades. Mesmo se tratando de um dado preliminar, tal percentual pode indicar que os auxílios de permanência estudantil são fundamentais para se evitar o cancelamento, a desistência e/ou a evasão desse contingente de alunos[20].

Os dados referentes às médias de desempenho, frequência e coeficiente de rendimento dos estudantes que ingressaram pelo sistema de reserva foram ligeiramente melhores aos dados médios dos demais egressos da Escola Pública. Cabe reiterar que esses coeficientes são preliminares e que a análise apresentada refere-se apenas ao ano de 2014.

Considerações finais

As instituições brasileiras de ensino superior vêm, aos poucos, tentando contribuir para minimizar as históricas desigualdades sociais e raciais existentes no país por meio de ações afirmativas. Sabemos que essa não é uma tarefa fácil considerando situações adversas de natureza política, econômica, ideológica, cultural e pedagógica que compõem a multiplicidade de fatores envolvidos nesse processo. Contudo, há mais de uma década, várias ações já se fazem presentes no ensino superior, principalmente por meio da implantação de Políticas de Ações Afirmativas.

As Políticas de Ações Afirmativas tiveram um avanço substancial no ensino superior a partir da promulgação da Lei 12.711/2012 que determinou que as instituições federais de educação devessem reservar, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por turno e curso, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas, para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Com isso, aumentaram as iniciativas de universidades estaduais e municipais em promover processos de inclusão.

Nas Universidades Estaduais Paulistas, este processo teve início em 2013, quando a UNESP, UNICAMP e USP, por determinação do Governo do Estado, decidiram, após aquecidos debates, implantar projetos de inclusão. Tais debates foram marcados por posições antagônicas; contra ou a favor de tais projetos.

Do lado contrário os argumentos se centraram na ideia de que a inclusão representaria privilégio de alguns; a inclusão não é problema da universidade porque ela é decorrente da má qualidade do ensino fundamental e médio; a questão é de cunho econômico e não acadêmico; as cotas estimulam o preconceito racial; a inclusão promove o estigma em relação aos beneficiados; significa a perda de qualidade do ensino superior; representa uma injustiça ao direito individual

[20] Há uma distinção conceitual entre cancelamento, desistência e evasão de alunos nos primeiros meses após o ingresso no curso. O cancelamento pode ocorrer, por exemplo, pelo fato de o aluno ingressar em outra faculdade. A desistência pode ocorrer por não adaptação do aluno ou dificuldade financeira em se manter até que se concretize algum tipo de auxílio permanência. A evasão é caracterizada por alunos que frequentam o curso em pelo menos um semestre e que depois abandonam por dificuldades de desempenho em relação ao conteúdo, não adaptação, dificuldades financeiras, etc.

legal; fere a competência e o mérito pessoal; é inconstitucional. De modo geral, tais posições poderiam ser categorizadas como de "igualdade legal e mérito individual".

Por outro lado, os argumentos favoráveis destacavam que: a não inclusão é fruto de discriminação, preconceito e estigma; é necessário dar um tratamento “igual” para a desigualdade social; não se pode reforçar o mito da democracia racial; as resistências às inclusões refletem as barreiras de classes sociais; é preciso superar o mito da democracia econômica; é necessário superar a “demarcação” de grupos étnicos raciais; há uma dívida histórica para com as “minorias”; a universidade pode favorecer a igualdade de direitos; é uma questão de justiça social; pesquisas mostram que não há uma diminuição na qualidade do ensino superior; a inclusão gera mobilidade social. De modo geral, tais posições poderiam ser categorizadas como aquelas que conduzem à "igualdade e justiça compensatória".

Apesar dos argumentos polarizados nos debates que ocorreram nas Universidades Estaduais Paulistas, a UNESP aprovou, em 2013, seu projeto de inclusão prevendo que 50% das vagas, para cada curso e turno, dos cursos de graduação da UNESP devem ser preenchidas por estudantes que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas. Além disso, do total de vagas a serem ocupadas por estudantes oriundos de escolas públicas, 35% deverão ser reservadas para pretos, pardos e índios. O projeto, iniciado em 2014, deverá ser implantado de forma gradativa, no prazo de 5 (cinco) anos sendo 15% em 2014, 25% em 2015, 35% em 2016, 45% em 2017 e 50% em 2018. A metodologia adotada para a inclusão é o processo classificatório do vestibular, através de Sistema de Reserva de Vagas para a Escola Básica Pública (SRVEBP), com aproveitamento dos candidatos até o limite de vagas fixadas para cada curso e turno.

Em 2014 ingressaram na UNESP 7.679 alunos. Pelo SRVEBP ingressaram 1.197 estudantes (15%) alunos que cursaram todo o ensino médio em escola pública. Destes, 412 autodeclarados pretos, pardos ou indígenas (SRVEBP+PPI). Em 2015 a UNESP ofereceu 7.691 (sete mil, seiscentos e noventa e uma) vagas e houve a seguinte distribuição de vagas: 5.740 (cinco mil, setecentas e quarenta) vagas para o Sistema Universal (SU); 1.951 (um mil, novecentos e cinquenta e uma) vagas para o Sistema de Reserva de Vagas para Educação Básica Pública (SRVEBP). Destas, 595 (quinhentas e noventa e cinco) vagas foram destinadas aos candidatos que se autodeclararam pretos, pardos ou indígenas (SRVEBP+PPI). Considerando os dados de 2014 e 2015, o total de ingressantes na UNESP neste período foi de 15.370 estudantes. Pelo SRVEBP, ingressaram *3.148* estudantes. Deste total, *1.007* foram reservadas para pretos, pardos e índios.

Com a política de inclusão, cada vez mais, uma grande parcela de estudantes que ingressará na UNESP virá de escolas públicas e de famílias com renda *per capita* familiar de até 1,5 salários mínimos. Desse modo, se intensifica a hipótese de que a inclusão é um dos fatores que contribuí para reforçar o perfil de vulnerabilidade socioeconômica dos estudantes da universidade. Em função

deste perfil, não se pode negligenciar que a política de inclusão, para se consolidar de fato como inclusiva, e não apenas como mecanismo de ingresso no ensino superior, deve ser acompanhada de outras ações afirmativas que possibilitem ao estudante concluir o curso. Trata-se da necessidade de um conjunto de ações articuladas que incluem auxílios socioeconômicos e novas estratégias pedagógicas que tenham como paradigma a diversidade e que possam favorecer a criação de uma "cultura de emancipação".

Finalmente, cabe ressaltar que, para desenvolver políticas afirmativas consolidadas é preciso que se faça um acompanhamento da realidade de cada aluno que ingressou no sistema inclusivo. Por isso, é fundamental a realização de estudos que desvendem a diversidade e complexidade desta nova realidade. Nesse sentido, estamos realizando este estudo descritivo que, a nosso ver, poderá contribuir para os debates sobre as políticas afirmativas no ensino superior e oferecer subsídios para que a UNESP possa aperfeiçoar seu projeto de inclusão e seu Programa de Permanência Estudantil.

Até o presente momento, as reflexões preliminares realizadas possibilitam apontar alguns resultados positivos e indicam que são necessárias ações institucionais integradas para se manter uma política inclusiva digna e condizente com os princípios de qualidade que devem orientar os serviços de uma universidade pública.

Referências

AZEVEDO, T.C.A.M. Análise do perfil socioeconômico e da origem administrativa do ensino médio dos alunos matriculados no 1º ano dos cursos de graduação da Unesp. Fundação VUNESP. 2015

CERVI, E.U. Ações afirmativas no vestibular da UFPR entre 2005 e 2012. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº11. Brasília, maio/agosto, pp. 63-88, 2013. Disponível em: ttp://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522013000200003&script=sci_arttext.. Acesso em 25 de novembro de 2014

LIMA, M.E.O.; NEVES, P.S.C.; BACELLAR E SILVA, P. A implantação de cotas nas universidades: paternalismo e ameaça à posição dos grupos dominantes. **Revista Brasileira de Educação**, v. 19, n. 56, jan.-mar, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782014000100008&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 25 de novembro de 2014

MELLO E SOUZA, A. Desempenho dos candidatos no vestibular e o sistema de cotas na UERJ. **Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ**., Rio de Janeiro, v. 20, n. 77, p. 701-724, out./dez., 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v20n77/a05v20n77.pdf.. Acesso em 25 de novembro de 2014

MENDES JUNIOR, A.A.F.. Uma análise da progressão dos alunos cotistas sob a primeira ação afirmativa brasileira no ensino superior: o caso da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). **Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ**., Rio de Janeiro, v.22, n. 82, p. 31-56, jan./mar., 2014. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362014000100003. Acesso em 25 de novembro de 2014

MENIN, M. S.S, SHIMIZU, A.M, SILVA, D.J., CIOLDI, F. L, B, F.. Representações de estudantes universitários sobre alunos cotistas: confronto de valores (UNESP/Marília). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.34, n.2, p. 255-272, maio/ago., 2008. Disponível em: http://base.repositorio.unesp.br/handle/11449/26683?locale-attribute=en. Acesso em 25 de novembro de 2014

NEVES, C.E.B.; RAIZER, L.; FACHINETTO, R.F. Acesso, expansão e equidade na educação superior – novos desafios para a política educacional brasileira. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, n° 17, jan./jun., p. 145-157, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/soc/n17/a06n17. Acesso em 25 de novembro de 2014

RISTOFF, D. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. **Avaliação**. Campinas/Sorocaba, v. 19, n. 3, p. 723 - 747, nov. 2014. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772014000300010&lng=en&n rm=iso ... Acesso em 25 de novembro 2014.

VASCONCELOS, S.D.; SILVA, E.G. Acesso a universidade pública através de cotas – uma reflexão a partir da percepção dos alunos de um pré-vestibular inclusivo. **Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ**., Rio de Janeiro, v.13, n.49, p. 453-468, out./dez., 2005. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362005000400004 . Acesso em 25 de novembro 2014.

VASCONCELOS, M.S.; GALHARDO, E. Impacto financeiro do programa de inclusão e de permanência estudantil na UNESP. Coordenadoria de Permanência Estudantil UNESP. Outubro de 2015

VELLOSO, J. C.. Cotistas e não-cotistas: rendimento de alunos da Universidade de Brasília. Cad. Pesqui., São Paulo , v. 39, n. 137, p. 621-644, Aug. 2009. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742009000200014&lng=em &nrm=iso . Acesso em 16 de dezembro de 2015.

VIBETTO, A. (org.) **Políticas, poéticas e práticas pedagógicas**. RJ: Lamparina, 2014.

WINTHER, J.M.; GOLGHER, A.B. Uma investigação sobre a aplicação de bônus adicional como política de ação afirmativa na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). **R. bras. Est. Pop**., Rio de Janeiro, v. 27, n° 2, p. 333-359, jul./dez., 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v27n2/07.pdf. Acesso em 25 de novembro 2014.

unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"